

O desafio dos juros na negociação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil reabre nesta quarta-feira o processo de negociações com o comitê assessor de bancos credores (ampliado de 16 para 22 membros), procurando desta vez "uma solução permanente e definitiva para a dívida externa", conforme frisou para este jornal o negociador oficial, embaixador Jório Dauster. O governo brasileiro vai apresentar as bases de uma proposta para os bancos credores comerciais como um todo, incluindo aqui os bancos brasileiros, a partir do critério fiscal da capacidade de pagamento do País.

A questão dos juros atrasados é considerada pelo governo como parte do problema, e a proposta global para a dívida externa prevê o refinanciamento, dos US\$ 8 bilhões de juros que deixaram de ser pagos desde julho de 1989 até agora. Como refinar esses atrasados, e a partir de que base, são temas específicos que o Brasil quer colocar para os credores em uma

próxima etapa da negociação, considerando a capitalização dos juros, onde houver margem para isso, ou outras alternativas, em função da categoria da dívida e do tipo de credor.

"Nossa proposta vai abranger um horizonte temporal ampliado", atestou o assessor especial da ministra da Economia, Antonio Kandir, indicando que o "horizonte" a ser colocado frente aos credores vai além do período da administração do governo Collor. Kandir vai acompanhar o embaixador Dauster na reunião que terá um caráter de início de negociação, mas onde o País pretende mostrar claramente que não tem condições de pagar a totalidade de juros que vai recair sobre a dívida externa nos próximos anos.

O estoque da dívida hoje está em torno de US\$ 100 bilhões, e mais a capitalização dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados traz o valor para algo próximo de US\$ 110 bilhões. Considerando uma capacidade de gerar receita fiscal da ordem de US\$ 20 bilhões nos próxi-



Antonio Kandir

mos anos, o País não poderá honrar juros da ordem de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões, em sua totalidade.

ABATIMENTO

Aqueles são números grosseiros, mas que ajudam a dar a dimensão do problema e reforçam a tese de que a dívida externa brasileira terá de sofrer abatimento para poder ser honrada sem o risco de novas moratórias. Vários instrumentos serão colocados para a escolha dos credores, como uma espécie de

menu, mas todos envolvem algum tipo de dedução substancial na carga de pagamentos ao exterior, seja por redução do principal ou por diminuição da taxa de juros. Esses detalhes também ficam para um segundo momento do processo de negociação. A equipe econômica agora está dando importância crucial à logística da apresentação da proposta brasileira e é sobre este ponto que ficou debucada em reuniões que vararam o fim de semana em Brasília.

As negociações serão retomadas com um comitê assessor de bancos ampliado. Na sexta-feira, o embaixador Jório Dauster comunicou formalmente ao vice-presidente internacional do Citibank, William Rhodes, que o comitê por decisão do governo brasileiro passa a abrigar agora seis novos bancos: o Banque Nationale de Paris; Banque Paribas; Société Générale S.A.; o alemão Commerzbank; o Swiss Bank Corporation e o Banco Português do Atlântico.

O comitê continua reunindo os antigos 16 mem-

bros que o constituíam até aqui: Citibank (com quem fica a liderança do comitê); o Lloyds Bank e o Morgan Guaranty Trust Company of New York, que dividem a vice-presidência; o Arab Banking Corporation; o Bank of America N.T. and S.A.; Bank of Montreal; The Bank of Tokyo; Bankers Trust Company; The Chase Manhattan Bank; Chemical Bank; Credit Lyonnais; Deutsche Bank AG; Manufacturers Hanover Trust Company; Midland Bank plc; Mitsubishi Bank Ltd. e Union Bank of Switzerland. A reunião entre a equipe brasileira e o comitê assessor vai ocorrer no local habitual, que tem sido usado nos processos anteriores de negociações com os bancos credores; as salas do escritório da firma de advocacia Sherman and Sterling, que faz o trabalho de assessoria jurídica para o próprio comitê de bancos credores. O governo brasileiro procurou um outro lugar em Nova York que estivesse mais ligado aos interesses brasileiros, mas não encontrou nenhum com espaço sufi-

ciente para acolher cerca de 70 pessoas, o número que deverá estar sentado em torno da mesa de negociações.

O processo de conversa com os bancos pode durar um dia, dois dias ou três dias, mas o governo já decidiu que não vai se estender além do dia 12, definido como data-limite para a negociação nesta etapa inicial.

Além do embaixador Dauster e do economista Antonio Kandir, a comitiva brasileira que se deslocará a Nova York será formada também pelos seguintes nomes: Maria Silvia Bastos Marques, Amaury Guilhaume Bier, Carlos Eduardo de Freitas e Paulo César Lage Barbosa, todos os quatro trabalhando na área da dívida externa junto ao Ministério da Economia; Sérgio Ruffoni Guedes, chefe do Departamento da Dívida Externa do Banco Central (BC), Luís Carlos Sturzenegger, chefe do Departamento Jurídico do BC, e Vagner Ardeo, coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPEA).